

OS MILITARES E A POLÍTICA DURANTE A REPÚBLICA PRUDENTE JOSÉ DE MORAIS E BARROS

Parte XXXII

MARIO JORGE DA FONSECA HERMES
Almirante-de-Esquadra (Ref^o)

SUMÁRIO

ANTECEDENTES

A CAMINHO DA PRESIDÊNCIA

A POSSE DE PRUDENTE DE MORAIS

A MORTE DE FLORIANO PEIXOTO

O "Testamento" de Floriano

O enterro de Floriano

OS JACOBINOS

O AFASTAMENTO TEMPORÁRIO DE PRUDENTE DE MORAIS

O RETORNO DE PRUDENTE DE MORAIS

ANTECEDENTES

Os republicanos, pela primeira vez, tiveram acento na Câmara dos Deputados, em consequência da eleição de 1^o de dezembro de 1884: os de São Paulo, Prudente José de Moraes e Barros e Manuel Ferraz de Campos Sales, e o de Minas Gerais, Álvaro Botelho. Às vésperas da dissolução da Câmara, exigência do Barão de Cotegipe,

conservador, indicado pelo Imperador para chefiar o gabinete, onde os liberais tinham maioria de quase 30 deputados, Joaquim Nabuco apresenta projeto para criar a federação dentro do Império.¹

Prudente de Moraes posicionou-se contrário ao projeto, somando esforços a Campos Sales que, dias antes, em aparte a Joaquim Nabuco, dissera: "A monarquia havia de opor-se com todas as forças à ponderação." Pru-

dente de Moraes, vendo a questão com realismo, usou das palavras: “Com certeza, isso é um sonho (a federação na monarquia), uma utopia irrealizável (...)”.²

“Cotegipe fizera eleições para organizar uma Câmara que lhe desse vigoroso apoio, e conseguira precisamente 101 deputados. Os republicanos tinham sido inteiramente banidos.”³

Em 13 de junho de 1888, o Imperador chama Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto, liberal, para chefiar o gabinete. Ouro Preto convoca eleições para obter maioria. Conservadores e Republicanos se unem. O gabinete obteve vitória indiscutível. “O gabinete manipulava as eleições de tal forma que permitira apenas uma representação simbólica dos dois partidos que lhe eram adversários: sete conservadores e dois republicanos.”⁴ Campos Sales e Prudente de Moraes apresentaram-se candidatos e foram derrotados.

A 17 de novembro de 1889, Campos Sales chega ao Rio de Janeiro para assumir a pasta da Justiça. “A 16 de novembro, constituíra-se em São Paulo o Governo Provisório do Estado de São Paulo, que depusera o presidente da Província e assumira o poder. Esse governo era um triunvirato, constituído por Prudente de Moraes, Coronel Joaquim de Souza Murta e Francisco Rangel Pestana, este um dos pioneiros da propaganda republicana. Tal governo baixou decreto declarando que São Paulo aderira à República dos Estados Unidos do Brasil e passava a constituir um desses Estados”.⁵

“Nascendo a República de forma inesperada, praticamente sem quadros, Deodoro teve de valer-se, em muitos casos, para os governos dos Estados, de velhos companheiros de armas, ou mesmo de jovens oficiais, que dele se haviam acercado no período agudo da ‘questão militar’ ou no da conspiração republicana.”⁶ Constituíram exceções os Estados de São Paulo e Minas

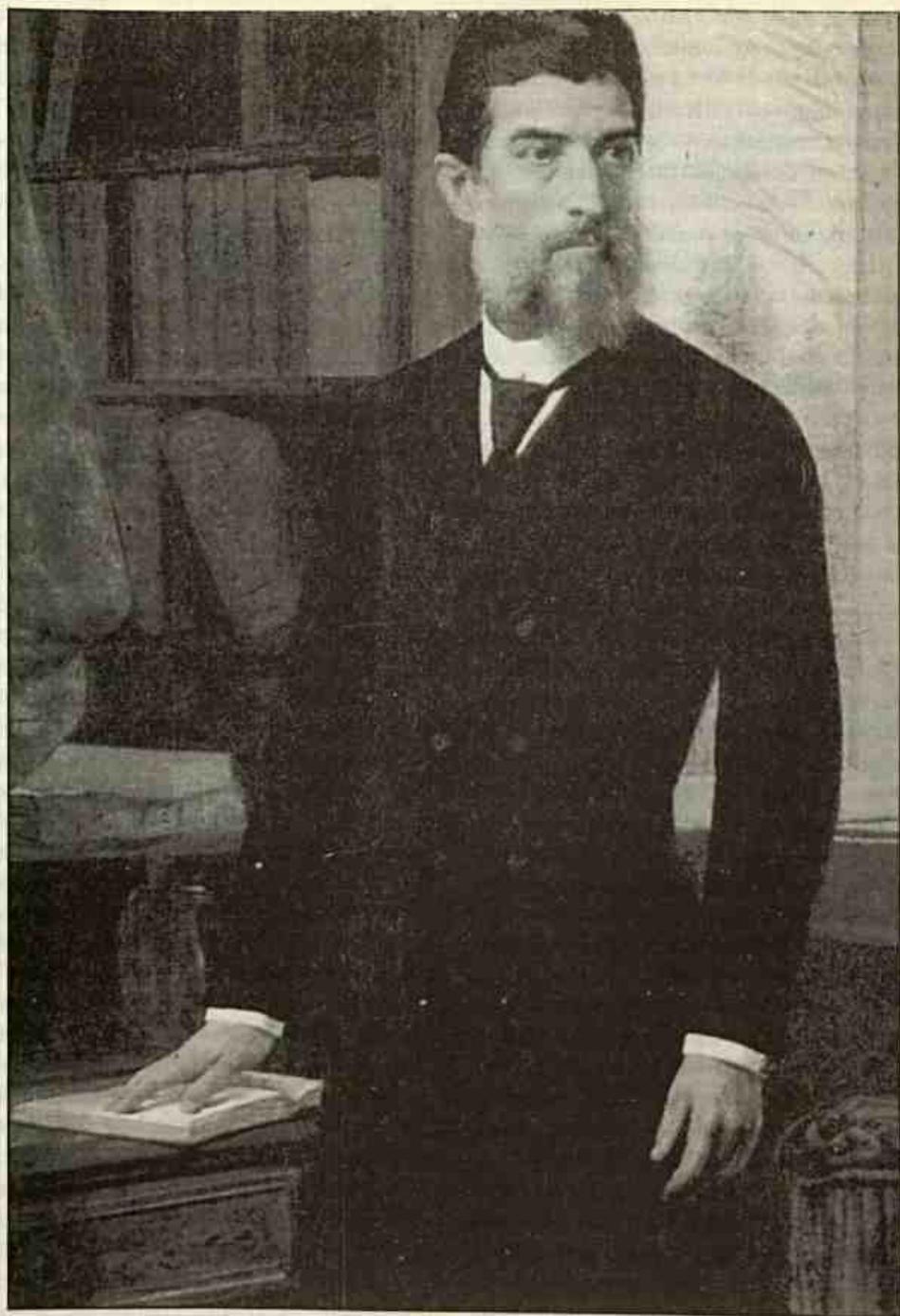
Gerais. Para o primeiro, após o breve triunvirato, foi indicado Prudente de Moraes.

“No prazo marcado, isto é, a 15 de setembro de 1890 (...) haviam-se realizado as eleições nacionais, para a escolha dos membros do Congresso Constituinte, uns como senadores – três por unidade federativa – outros como deputados, (...) (...). Quase todas as figuras destacadas da propaganda republicana estavam eleitas”, entre elas Prudente de Moraes e Campos Sales.⁷

“**A 21 de novembro de 1890** devia ser eleita a mesa definitiva do Congresso e grande número de constituintes se inclinava pela escolha do velho Senador Saldanha Marinho”⁸ com todo um passado político-administrativo que o credenciava para o cargo; fora o primeiro presidente do Partido Republicano e o primeiro signatário do famoso manifesto de 1870. No entanto, São Paulo queria a importantíssima posição e sua bancada começou “a trabalhar fortemente pela eleição de Prudente de Moraes, que também tinha tradições republicanas (...). O argumento principal era o de que Saldanha Marinho, muito velho, com a vista prejudicada e com a saúde precária, não estava em condições de exercer efetivamente a presidência do Congresso, trabalhosa, exaustiva, exigindo homem mais moço, mais dinâmico, capaz de maiores dispêndios de energia”.⁹

O argumento era forte e impressionou os constituintes. Prudente de Moraes obteve 146 votos contra 81 dados a Saldanha Marinho. Os paulistas, que desde o final do Império buscavam o poder, agora o faziam a passos largos, e nessa busca não havia lugar para sentimentalismo.

Encerrados os trabalhos dos constituintes, que se transformaram, automaticamente, em senadores e deputados, promulgada a Constituição da República, o passo seguinte foi a eleição do Presidente da República e do Vice-Presidente, em escrutínios separados, “pelos sufrágios dos



PRUDENTE DE MORAIS, 3º Presidente da República - (História do Brasil - Bloch - p. 597)
15/11/94 até 10/11/96 e 4/3/97 até 15/11/1898.

representantes da nação reunidos na Assembléia Constituinte”.

“A eleição de Deodoro era a tendência manifesta de uma parte considerável do Congresso Constituinte. (...) Proclamador da República, sua eleição representaria não apenas uma vitória política, mas sobretudo uma satisfação de ordem moral. Corresponderia a um honroso voto de confiança recebido (...). Quebrando lanças para ser eleito, fazendo disso uma questão de honra, Deodoro não cometeu, no entanto, qualquer ação que, pessoalmente, pudesse rebaixá-lo no conceito dos congressistas. Não pediu, não suplicou, não fez transações, não propôs barganhas (...). Quando o irmão, Pedro Paulino, procurou sondá-lo, ouviu dele a declaração de que ‘fosse qual fosse o candidato vencedor pelo voto dos constituintes no dia e hora marcados lhe entregaria o poder.’”¹⁰

Contudo, sobre a discórdia que começava a lavrar nos meios políticos, ao sabor de grupos de indivíduos e de paixões pessoais, “Campos Sales, insuspeitamente, depõe a tal respeito, em *Da Propaganda à Presidência*: ‘Não se perca de vista que, desde a campanha aberta no seio da Constituinte por ocasião da eleição presidencial, até este momento da história da República, nenhum princípio fundamental, nenhuma aspiração na ordem administrativa, foi lançada de modo a poder caracterizar intuítos em contraste a legitimar lutas partidárias. Tomando aquele ponto de partida, origem fatal e perpétua de ódios e ressentimentos, que cada vez mais se acirraram, formaram-se esses agrupamentos, cujo objetivo único nas lutas que travaram era o cargo de presidente da república.’”¹¹

“Três constituintes uniram-se, cada qual por suas razões ou recalques, para coordenar a oposição à candidatura de Deodoro. Foram eles Demétrio Ribeiro, o General José Simeão de Oliveira e o Almirante Custódio José de Melo”. Registra Campos Sales: “Para ele (Demétrio Ribeiro) a eleição de Deodoro sig-

nifica a consolidação da permanência de Júlio de Castilhos, no seu Estado. O que se achava em causa era, principalmente, um interesse particular da política rio-grandense. (...) Tão cheio de serviços à Pátria, não teve (o General Simeão) a fortuna de estrear na vida política com brilho igual ao de sua carreira de bravo militar. Nomeado pelo Governo Provisório governador do Estado de Pernambuco, um incidente na política local criou-lhe tais dificuldades que o seu velho camarada, o Marechal Deodoro, julgou conveniente convidá-lo a deixar aquela comissão de natureza puramente política. Esse incidente produziu-lhe ressentimentos que nunca se apagaram. A luta que surgiu no seio da Constituinte teve para ele todos os atrativos de uma vindita. Custódio de Melo fora sempre declarado antagonista de Deodoro da Fonseca.”¹²

“José Maria Belo refere-se desse modo à situação criada: ‘Ao nome do marechal opõe-se o de Prudente de Moraes, como um desafio para a luta politicamente insensata até as últimas conseqüências’. Demétrio Ribeiro, desde que abandonou o ministério, tramava por toda a parte a oposição a Deodoro, auxiliado, principalmente, pelo General José Simeão (que fora afastado do governo de Pernambuco), pelo Almirante Custódio José de Melo, aflito por projetar-se na política, à sombra do prestígio da Marinha, e por Francisco Glicério.’”¹²

“A candidatura de Prudente de Moraes fora o resultado de confabulações realizadas na residência do General Simeão de Oliveira, entre esse militar, o Marechal Floriano Peixoto, o Almirante Custódio José de Melo e os Doutores Demétrio Ribeiro e Astolfo Pio.”¹³ Prudente de Moraes apresentou nada mais que palavras de praxe ao responder negativamente ao convite. Na verdade queria aceitar, como aceitou a indicação de seu nome. “Entretanto, os representantes da bancada paulista estavam comprometidos com a candidatura de Deodoro, cuja permanência no

poder consideravam necessária ao fortalecimento da República. À bancada paulista apresentou-se um dilema..."¹⁴

Campos Sales reúne-se com Bernardino de Campos no sentido de procurar demover Prudente de Moraes. A razão mais forte na argumentação de Campos Sales era a probabilidade da eclosão de uma guerra civil, caso Deodoro fosse derrotado. "A parte do Exército, pessoalmente dedicada ao marechal, acima de quaisquer considerações de ordem pública ou constitucional, não resignaria a vê-lo cair, humilhado e desprezado, depois de ter proclamado a República."¹⁵

No dia seguinte, 20 de fevereiro, apenas quatro dias para as eleições, os dois políticos paulistas foram ao encontro de Prudente de Moraes, que durou cinco horas. Assim narrou Campos Sales sua parte final: "Prudente limitava-se a dizer que não era candidato e que os outros é que tinham pensado em apresentá-lo. Mais de uma vez nos disse: 'Eu já declarei ao General Simeão que não sou candidato; mas que se me apresentarem uma candidatura civil (sublinhando as palavras), rompo com a bancada paulista para dar meu voto a esse candidato (...)'". Não obstante, prosseguíamos no nosso empenho de mostrar a Prudente que todos as conveniências da República aconselhavam a retirada de sua candidatura. Houve, afinal, um momento em que ele cedeu: 'Está bem. Podem fazer declarar em meu nome que não sou candidato, nem autorizo que levantem a minha candidatura. Mas passem pela casa do General Simeão e dêem-lhe conhecimento dessa minha resolução. Devolva-lhe atenções.' Julgávamos, enfim, vencidas todas as dificuldades, e eu e Bernardino apresentávamos as nossas despedidas, para irmos aos jornais, quando ouvimos esta exclamação de Prudente: 'Quem sou eu para bater-me com o generalíssimo?!'. Na ironia da frase e no acerto com que fora proferida, descobrimos o mais profundo sentimento, o desejo de não ceder, a vontade de preservar. Na verdade,

tendo retrucado que a nossa intenção não era obrigá-lo a constrangimento, pois estávamos pugnando por uma solução espontânea, vimos perdido, e para sempre, o terreno que, por momentos, chegamos a supor adquirido. Retiramo-nos. Prudente mantinha de pé sua candidatura, bandeira de guerra, habilmente arvorada no seio da Constituinte, pelo triunvirato hostil a Deodoro!"¹⁶

Embora o tino político de Campos Sales fosse superior ao de Prudente de Moraes, a força moral e a liderança de Prudente de Moraes sobre a bancada paulista, inclusive sobre Campos Sales, mostravam-se muito fortes. A posição de apoio a Deodoro foi revista em favor da unidade e do regionalismo. "Na véspera da eleição dizia Campos Sales a um deputado paulista: 'Amanhã vamos praticar nosso maior erro político. Quanto a mim, confesso que vou arrastado...'" Com a eleição de Deodoro, respirou aliviado.

Floriano Peixoto foi incluído como vice-presidente na chapa de Prudente de Moraes. Deodoro recebeu 129 votos contra 79 consignados a Prudente. Floriano obteve 153 votos contra 57 em favor do Almirante Wandenkolk.

"Quinze anos depois, Campos Sales se penitenciava, sinceramente, daquele ato mal inspirado: 'Foi uma fraqueza de que me arrependo ainda hoje, porque o meu dever era resistir sempre e não condescender jamais com essa aventura, inspirada por ambições diferentes, cujas conseqüências não podiam escapar às previsões de nenhum espírito clarividente.'"¹⁷

A CAMINHO DA PRESIDÊNCIA

"Bem organizada, com um partido e um estado em plena expansão, tendo à frente inúmeros políticos hábeis e experimentados, a política paulista é firme e monolítica."¹⁸ A Presidência da República sempre fora o objetivo e dela não se afastaria.

São Paulo, consciente de suas ações políticas, apoiou o governo durante a Revolução Federalista e a Revolta da Armada: "Auxílio financeiro e em homens durante a Revolta da Armada; alojamento e serviços prestados às tropas que retomam Paraná e Santa Catarina; armamentos comprados para o Estado de São Paulo e cedidos ao governo federal; empréstimo feito pelo tesouro paulista, em confiança, e que nunca retornou aos cofres do Estado; e simpatia de seus membros no Congresso Federal, votando favoravelmente a todas as necessidades governamentais."¹⁹

Assim, encontrava-se São Paulo pronto a iniciar providências concretas no sentido da Presidência da República; Floriano Peixoto, já no exercício da presidência, dependente, não tinha como impedi-las.

Comandadas pelos políticos paulistas reuniram-se as bancadas estaduais para, em abril de 1893, ser fundado o Partido Republicano Federal. "É Francisco Glicério que leva a notícia ao governo e Floriano não opõe nenhuma dúvida. Em 30 de julho é lançado seu programa anódino, (...) e, em 23-25 de setembro, na convenção do partido para a escolha do candidato, apontou Prudente de Moraes para presidente e Manuel Vitorino, para vice-presidente."²⁰

Os paulistas não perderam tempo, e conquistaram e asseguraram posições, a despeito das ausências das delegações de Minas Gerais e do Estado do Rio de Janeiro. A indicação do nome de Prudente de Moraes é vista por Aristides Lobo e outros políticos prematura e enfraquecedora de Floriano Peixoto em pleno exercício da presidência. Mas tratava-se apenas de palavras, nada mais que palavras.

"Porém, neste momento, Floriano demonstra sua discordância na véspera da convenção, quando Francisco Glicério o avisa de que Prudente de Moraes é o mais cotado. O presidente refere-se a este como

um republicano histórico; mas devido ao seu caráter e passado, prevejo perseguições aos nossos amigos".²¹

É interessante observar que Floriano Peixoto reunira-se com Prudente de Moraes e os parlamentares hostis à candidatura Deodoro. Chegara à vice-presidência por haver sido escolhido para compor a chapa de Prudente de Moraes no enfrentamento ao generalíssimo, certamente, para contrabalançar o prestígio de Deodoro junto à tropa.

Partem dessa época as conjecturas de que Floriano Peixoto desejava manter-se no poder. Que amigos, correligionários, políticos, jacobinos civis e militares, trabalharam nesse sentido é historicamente certo; mas também é verdade que inexiste qualquer frase, pronunciamento ou documento do Marechal Floriano em que encontrasse tal intenção.

Dentro deste contexto, "Floriano Peixoto, alegando a guerra civil no sul e a Revolta da Armada, adia as eleições presidenciais de 20 de outubro de 1893 para 1º de março de 1894. Anteriormente, as eleições para deputados e senadores federais tinham sido postergadas duas vezes: de 9 de março de 1893 para 20 de outubro e desta data para 1º de março de 1894."²²

Enfim, a eleição de Prudente de Moraes, em 1º de março, ocorrida nos Estados da Federação, com exceção dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. "Em 22 de junho, o Congresso Nacional proclama os resultados, tendo Prudente de Moraes obtido 290.883 votos e Manuel Vitorino 266.000 votos."²³

Prudente José de Moraes e Barros havia sido eleito o primeiro presidente civil da República. Candidato único, de um único partido, em diminuto colégio eleitoral, sua eleição não se constituiu em uma ode à democracia.

Da eleição até a posse circularam pela cidade do Rio de Janeiro inúmeros boatos, onde se espalhava que o presidente eleito não seria empossado.

Floriano, procurado por Lauro Sodré, diz-lhe “que o candidato vitorioso não lhe agrada, mas que apesar de vários amigos seus quererem a ditadura, ele estava disposto a deixar* o cargo a 15 de novembro”.²⁴

É do marechal, também, a afirmativa: “Homem da ordem, não turbarei a posse do eleito e seu governo, salvo se enveredar pelo caminho errado, no que não acredito.”²⁵

Floriano, é sempre bom lembrar, não tinha mais saúde, que fora minada no Paraguai. Seu esforço hercúleo para consolidar a República consumira suas energias.

Não poderia, pois, estar em suas cogitações, mesmo que desejasse, a permanência no poder, nesse caso como ditador. Todavia, a politicagem, a imprensa, seus admiradores e adversários mantinham o assunto na ordem do dia, até porque se constituía numa necessidade para discussões políticas, artigos nos jornais, enfim um bom tema para ajudar a passar o tempo na capital da República de então.

Autores citam, entre eles Pedro Calmon, que “Gabriel Piza (ministro em Paris) conta que avisara ao governo que a França reconheceria como beligerantes os revoltosos” se houvesse novo adiamento das eleições no Brasil...”, e, continua, “...telegrafei imediatamente essa notícia ao chefe da Nação e os eleitores foram convocados.”²⁶

A palavra de Gabriel Piza quanto à advertência francesa não deve ser colocada em dúvida. Porém, é ir muito longe a afirmativa de que as eleições tenham sido convocadas em razão dessa advertência.

A França, tudo indica, não mais se encontrava em posição de pressionar o governo brasileiro. A intervenção das Marinhas estrangeiras durante a Revolta da Armada, após a chegada do Contra-Almirante (USN) Benham, no comando de seus modernos navios e as atitudes por ele tomadas em apoio a Floriano Peixoto, de conformidade com as instruções recebidas de seu governo, deixaram bem claro que para eles, os americanos, o Brasil – ainda ligado à Europa e preso econômica e financeiramente à Inglaterra – passaria

à sua órbita de influência política e econômica. E os Estados Unidos, lastreados nas doutrinas do Destino Manifesto e de Monroe, usariam em benefício de seus propósitos políticos a ameaça da força se necessário. Os Estados Unidos entraram no século XX já como a nação mais poderosa do globo.

O candidato vitorioso não lhe agrada, mas que, apesar de vários amigos seus quererem a ditadura, ele estava disposto a deixar o cargo a 15 de novembro

Floriano Peixoto

A POSSE DE

PRUDENTE DE MORAIS

No dia 2 de novembro de 1894 chegou o presidente da República eleito de São Paulo. Na estação nenhuma autoridade o aguardava. O governo ignora-o. “**À tarde*** recebe a visita protocolar do Capitão-Tenente Sadock de Sá, ajudante de ordens de Floriano, e, no dia seguinte, pede audiência ao Vice-Presidente da República, o qual não responde ao seu telegrama.**”²⁷ “**De carro de aluguel, foi Prudente prestar o juramento ao Senado, onde cálidos aplausos o festejam; e chegou ao Itamarati sem ninguém para lhe tomar à entrada o**

* N.A.: Em verdade, Floriano Peixoto deixou o cargo; não o passou formalmente a Prudente de Moraes.

** N.A.: Revoltosos da Revolução Federalista com o Almirante Saldanha no comando.

*** N.A.: O negroito é da RMB.

chapéu. (...). Já ali estava com os novos ministros, perplexo, quando se apresentou Cassiano do Nascimento, ministro da Justiça de Floriano. Com um rápido discurso disse que o marechal lhe transmitia o poder.”²⁸

Assumira, diminuído em sua cerimônia de posse, o primeiro presidente civil da República.

Floriano Peixoto retirou-se em silêncio para sua casa simples no subúrbio – pois morreram pobres os dois primeiros marechais que presidiram a República. Procurou, então, a estação da Divisa, numa busca tardia para a cura de seus males.

* * * * *

Dois aspectos podem ser destacados com a posse de Prudente de Moraes. Um de caráter geral: o controle do poder pelos representantes dos plantadores de café do oeste de São Paulo, os políticos paulistas, que, desde antes do 15 de novembro, propugnavam pela federação, a República Federativa, que sabiam seria uma federação hegemônica, em oposição frontal à política centralizadora do Império. Ou ela ou a “Pátria paulista”, mesmo separada do Império, era o grito de guerra dos mais exaltados. Afinal, “em 1885, a produção paulista atinge 40% das exportações brasileiras para, em 1890, ultrapassá-las.”²⁹ Não aceitavam mais os paulistas verem o fruto do seu trabalho recolhido aos cofres do Império com um mínimo retorno para tratar dos interesses do seu Estado.

Joaquim Nabuco, em discurso na Câmara dos Deputados, já em 21 de setembro de 1885, verberava contra o poder centralizador do Império: “(...) As províncias hão de compreender dentro em pouco” – prosseguiu em

tom vivamente republicano – “que o que constitui governo colonial não é a falta de representação parlamentar, nem o da Constituição, nem o nome de colônia, nem a diferença de nacionalidade. O que constitui o governo colonial é a administração em espírito contrário ao do desenvolvimento local.”³⁰

A ideologia dos plantadores de café de São Paulo – os fluminenses do Vale do Paraíba haviam todos falido – casa-se perfeitamente com o liberalismo econômico, irmão do liberalismo político, há muito pregado por Tavares Bastos em suas *Cartas do Solitário* e mais

tarde por Rui Barbosa. Contudo, o crescimento da produção de café paulista, sob o regime do mais puro liberalismo econômico, encerrava, nele próprio, um paradoxo, o da necessidade de expandir a produção, a fim de honrar os créditos assumidos para a própria expansão, esta fruto mais da conquista de novas terras do que da melhoria da produtividade. O preço seria cobrado mais tarde.

“O epílogo assenta, fundamentalmente, sobre o sistema não racional da lavoura, forçada a produzir sempre mais, para acudir as dívidas não autorizadas e crescentes.”³¹

Teoricamente, a República imaginava-se ideologicamente ligada aos padrões americanos, franceses e ingleses, libertada dos rígidos controles do Estado da época do Império, sustentada pela soberania popular. Na prática, passava a ser contestada pelo setor agroexportador, dominado pelos plantadores de café de São Paulo em plena expansão, que passaram a falar em nome do povo.

“Seu culto, moderno, significava para o brasileiro do século XIX e começo do XX, estar em dia com as idéias liberais, acentuan-

Floriano, é sempre bom lembrar, não tinha mais saúde, que fora minada no Paraguai. Seu esforço hercúleo para consolidar a República consumira suas energias

do o domínio da ordem natural, perturbada sempre que o Estado intervém na atividade particular. Com otimismo e segurança será conveniente entregar o indivíduo a si mesmo na certeza de que o futuro aniquilará a miséria e o atraso.”³²

Rui Barbosa havia atacado o protecionismo. “O protecionismo – o ‘embuste da mentira protecionista’ – o alvo predileto da sua indignação liberal. Em 1886, como em 1889, insiste em combater o padrão protecionista norte-americano”, repudiando o argumento, já argüido pelos industriais, de que a liberdade ficaria para mais tarde, quando se acumulassem os capitais.” “Não, senhores, a liberdade não é um luxo das nações enriquecidas: é pelo contrário, a condição originária de toda a riqueza”,³³ advoga Rui Barbosa. Empolgado com o liberalismo encerra-se o século XIX.

O outro aspecto a ser destacado é do Presidente da República, que chegara ao Itamarati desacreditado, com dificuldade para assumir o controle político do Congresso – essência do sistema presidencialista – onde reinava o “General” Glicério, que se dizia, na qualidade do Partido Republicano Federal, o “general” das 21 brigadas, correspondendo cada “brigada” a um estado da federação. Prudente, sempre pejorativamente comparado a Floriano em sua autoridade, sofria oposição da maior parte do Exército e era atacado com violência pelo heterogêneo, mas aguerrido, movimento jacobino. Mesmo seu vice, Manuel Vitorino, com ele não somava esforços.

Na Rua do Ouvidor, centro das discussões políticas, onde as manifestações populares eram organizadas, Prudente era caricaturado com o apodo de *biriba*; na outra face das discussões, contrastando ao *biriba*, era proferido o nome marechal. Rui Barbosa chamou-o de o *Taciturno do Itamarati* e, “acusado, Campos Sales, de nefasto retraimento, deixando que o Congresso (neste, Glicério) trabalhasse às tontas, fora da cooperação do executivo distante.”³⁴

Assim, iniciou Prudente de Moraes o governo. Saldanha, no sul, mantendo em estado latente a guerra e a administração pública desestruturada em razão da Revolução Federalista e da Revolta da Armada.

Prudente de Moraes, contudo, havia mostrado sua combatividade no enfrentamento a Deodoro e, por seu caráter, na presidência da Constituinte e do Senado. Sem dúvida político dos mais experientes, de modo algum um *biriba*. Certamente, teria em mente como con-

duzir a situação.

No sem discurso de posse Floriano é exaltado: “Felizmente, graças à atitude patriótica, pertinaz e enérgica do Marechal Floriano Peixoto, secundado pela grande maioria da Nação, parece estar encerrado em nossa Pátria o período das agitações, dos pronunciamentos e das revoltas...”³⁵ Edgar Carone classifica seus primeiros passos de cautelosos, ao constituir o ministério. Escreve a Bernardino de Campos, **com data de 11 de novembro de 1884**: “... estou encontrando embaraços para combinar um Ministério de

* NA.: O General Ulysses Grant, presidente dos Estados Unidos (1863-1876), ao responder a pressão da Inglaterra – a maior potência do mundo e, desde então, defensora do livre comércio – para que os Estados Unidos levantassem as barreiras protecionistas, disse que a América a elas renunciaria e também lutaria em favor do livre comércio, quando fosse suficientemente forte.

pessoal competente e que não signifique hostilidade ao marechal, que continua irascível. Pretendia não incluir no governo gente de São Paulo e da Bahia, mas parece-me que não conseguirei realizar essa pretensão, especialmente porque terei necessidade de impor ao Rodrigues Alves o sacrifício da pasta da Fazenda, por ser o homem que inspira confiança a todos, a mim mais do que aos outros – e até é muito considerado pelo marechal.”³⁶

A pasta da Fazenda afigurava-se da maior importância, em razão da precária situação das finanças corroidas pelas despesas extraordinárias motivadas pelo combate aos revoltosos. Contudo, nesse período de transição, a escolha dos ministros militares, mormente o da Guerra, teria que obedecer a cuidadosa percepção política. São escolhidos homens que lutaram na guerra civil. Para a Marinha, o Almirante Elizário Barbosa e para o Exército, o nome prestigioso do General Bernardo Vasques, conhecedor do Rio Grande do Sul e de sua complicada problemática política. Ambos florianistas.

O ministério não agradou àqueles que esperavam mudanças nas estruturas criadas por seu antecessor. Mas o presidente, aquele com a responsabilidade de matar o touro, escolheu tomar o mingau pelas bordas. Sua cautela, vista por muitos como tibieza, estava dentro de seus cálculos. Era perseverante, obstinado. “Mas sabia o que queria. Queria a ordem – com a lei – e a paz com a ordem. O seu programa reduzia-se a pouco, com paz e ordem”³⁷; (...).” Que Glicério conduzisse o Congresso ao seu bel prazer, que se julgasse mesmo um primeiro-ministro parlamentarista. Prudente administraria o Executivo, não enfrentaria o Legislativo – isso ficaria para mais tarde – pois dele necessitaria.

Estabeleceu como programa substantivo de seu governo a pacificação no sul, ladeando Silveira Martins e Saldanha da Gama, e tratando, por intermédio do seu representante, General Inocêncio Galvão Queiroz, direta-

mente com Joca Tavares, para desagrado de Júlio de Castilhos.

Tal iniciativa angariou-lhe a ira dos radicais, principalmente dos civis e militares jacobinos, políticos e militares florianistas não jacobinos. No entanto, entendia Prudente que a Nação não poderia permanecer dividida e que precisava, o quanto antes, iniciar a cicatrização das profundas feridas que decorreram do ódio desenvolvido na longa guerra civil.

Outro problema sério a enfrentar dizia respeito ao pessoal militar e ao funcionalismo civil. A solução implicaria demissões, perda de privilégios, retorno de militares à caserna, etc... Naturalmente, não poderia agradar aos detentores das regalias.

“Exército, funcionalismo público e governadores mantêm-se como foco de oposição ao novo governo, constituindo núcleos reestruturados durante o período Floriano e ocupados por elementos fiéis a ele. As revoltas Federalista e da Armada levam grande número de oficiais a se demitirem ou lutarem contra a legalidade, o que faz com que os mais exaltados jacobinistas subam com maior facilidade na hierarquia militar; (...). Por sua vez, a pressão dos partidários civis serve para aumentar o empreguismo, determinando a criação de cargos inúteis num momento em que as finanças encontravam-se em colapso.”³⁸

Prudente retorna à norma utilizada por Deodoro, e “volta a introduzir o sistema de despachos coletivos, em que os ministros se reúnem e discutem projetos particulares de cada pasta. Nestas reuniões revê as últimas nomeações e promoções, feitas de afogadilho, no fim do governo Floriano Peixoto: demite funcionários contratados ilegalmente ou por proteção e faz justiça aos que tinham tido seus direitos postergados. Os primeiros atos atingem exaltados adeptos jacobinos.”³⁹

A reação mais forte provém do Exército, naturalmente entre aqueles atingidos pelas

medidas presidenciais. Porém, dentro do próprio Exército – e é natural que assim fosse – muitos oficiais concordaram com as providências tomadas. “Duas semanas após a posse o governo veta o aumento dos quadros do Exército; dissolve batalhões patrióticos; exonera alguns oficiais que ocupam cargos civis; transfere oficiais para outras guarnições. Os punidos e exaltados se reúnem nos quartéis e na Rua do Ouvidor e comentam acaloradamente os atos do governo.”⁴⁰

Todavia, o presidente não estava só. Os Generais Machado Bittencourt e Cantuária, com grande prestígio no Exército, acompanham o Ministro Bernardo Vasques. Certamente, esses chefes deviam sentir que já era momento de os militares retornarem às suas lides profissionais, para que a disciplina fosse exigida, com o Exército afastando-se da política.

O Almirante Wandenkolk tem sua reforma compulsória revogada, pois o “Supremo Tribunal Federal a considera ilegal e inconstitucional (19 de setembro), obrigando o governo, em 1887, que ele volte à ativa.”⁴¹

Prudente de Moraes, não estando mais em vigor o estado de sítio, permite ampla liberdade de imprensa. Vêm a público, então – o que se sabia a boca pequena –, os fuzilamentos e assassinatos ocorridos durante o governo Floriano. A indignação da opinião pública fortalece o governo. Foi motivo de dúvidas e de discussão no parlamento e na imprensa se os crimes perpetrados tiveram ou não a anuência de Floriano Peixoto. Contudo, nada ficou provado que indicasse a sua participação; teriam sido iniciativas isoladas de florianistas radicais, os mais notórios ocorridos em Santa Catarina, sob a responsabilidade do coronel Moreira Cesar.

* N.A.: Os registros abaixo sintetizados tiveram por base o historiador Almirante Hélio Leôncio Martins, em sua obra *A Revolta da Armada*, distinguida pela Biblioteca do Exército com o prêmio Tasso Fragoso, 1966.

“As Leis do Império foram atualizadas em nova interpretação, que permitisse serem as penas de morte, previstas para crimes militares cometidos em guerras estrangeiras, também aplicadas nas lutas internas.”

A luta no sul caracterizou-se por barbaridades cometidas de lado a lado. Nas pejeas não eram feitos prisioneiros; a degola era a maneira de eliminá-los. As mulheres não eram respeitadas e a pilhagem autorizada.

Contudo, após a vitória nos Estados do Paraná e Santa Catarina, os prisioneiros deveriam ser submetidos, ao menos, a um julgamento primário. Nem isso aconteceu.

“O Tenente-Coronel Moreira Cesar e o General Ewerton Quadros – este, talvez, não diretamente, mas através dos seus ajudantes, (...) ordenaram o fuzilamento de inúmeros prisioneiros, sem qualquer simulação de julgamento ou de investigação. (...)”

No Desterro, a chacina deu-se na Fortaleza de Santa Cruz (Anhatomirim). O número de sacrificados varia conforme o historiador que a ela se refira. Oswaldo Cabral fala em 185; Boiteux, 43; David Carneiro, 48; Jacques Ouriques, 34, do que se conclui que nenhum registro foi feito dos executados. Entre eles estavam o Capitão-de-Mar-e-Guerra Frederico Lorena, o Marechal Manoel de Almeida Gama Lobo d’Eça (Barão de Batovi) e seu filho que apenas o acompanhava, e os engenheiros Bluette e Müller.”

Houve fuzilamentos em Curitiba, Paranaguá, Lapa e Rio Negro.

“Mas ficaram na História como exemplo das barbaridades e da aplicação da pena de morte baseada apenas em suspeição levantada por uma comissão de inquérito, seus cidadãos eminentes da cidade, os quais presos iam aparentemente, para Paranaguá. (...) (...), no quilômetro 65 foram desembarcados e fuzilados sumariamente.” Entre os prisioneiros encontrava-se o industrial e capitalista Idelfonso Pereira Corrêa, o Barão do Serro Azul.

“Comandava a escolta dos presos o Alferes João Leite de Albuquerque. (...) A reação dos condenados ia dos pedidos de misericórdia às tentativas de fuga. Mas foram todos alvos de tiros de revólver e de fuzil, despojados de roupas, chapéus, botinas, jóias, antes de, os corpos nus serem atirados pelo talude, onde ficaram expostos durante dias, até seu recolhimento por amigos para serem enterrados.

“(…) Que o Tenente-Coronel Moreira Cesar e o General Quadros não desconheciam – e mesmo autorizaram – os massacres não há a menor dúvida. Discute-se se o Marechal Floriano tivera ou não conhecimento anterior do que iria ser cometido a se as vinditas tenham sido autorizadas com sua aquiescência. Os autores, conforme o partido que adotam, concordam ou discordam acerca do assunto. (...) (...)”

Prudente de Moraes, todavia, não se afastava da busca da paz; sabia que, só com ela, e dentro das condições por ele estabelecidas, poderia conduzir a Nação a dias melhores.

Dentre as cláusulas para a paz a serem discutidas, os revoltosos propunham: a "posse efetiva de todos os direitos que a constituição confere a todos os cidadãos; reconstituição do Rio Grande do Sul, de acordo com a Constituição Federal; direito de requerer indenizações por prejuízos sofridos com o abastecimento das forças do Governo",⁴² e outros, como a intervenção federal no Rio Grande.

Na sondagem efetuada entre políticos proeminentes e ministros, "Campos Sales, Manoel Vitorino, Leopoldo Bulhões, Ubaldino do Amaral e muitos outros são unânimes em aceitar o protocolo do acordo, com exceção do item sobre a intervenção no Rio Grande do Sul, pois re-

presentaria atentado à sua soberania, segundo a constituição; porém, dois grandes nomes situacionistas discordaram: Francisco Glicério e Quintino Bocaiuva achavam que a paz é um acinte à política do Marechal Floriano Peixoto e defendem a rendição incondicional dos rebeldes. Esta posição, que prenuncia a futura cisão do Partido Republicano Federal, é a mesma que a de Pinheiro Machado, representante oficial do castilhismo".⁴³

O Presidente, com seu ministério dividido, determinou General Queiroz Galvão que conclua as negociações, com exceção do item relativo à intervenção federal. Pronunciaram-se contra os Ministros Carlos de Carvalho (Relações Exteriores), Gonçalves Ferreira (In-

terior e Justiça) e o General Vasques, que pedem a exoneração do General Queiroz Galvão. A favor, Rodrigues Alves e o Almirante Eliziário Barbosa.

"Prudente de Moraes não aceita as críticas e, sob o seu beneplácito e a ação tenaz do General Inocêncio Galvão de Queiroz, conclui-se, em 23 de agosto de 1895, a paz no Rio Grande do Sul." O General Galvão, interpretando o pensamento do Presidente da República, não foi um simples cumpridor de ordens, pois tomou iniciativas para concluir com êxito sua missão, todas aprovadas, posteriormente, por Prudente de

Moraes. O Senado, por ampla maioria, ratificou o ato do presidente.

"Cientificado dos passos dados pelo general, Prudente concordou, vencendo as resistências que no ministério se levantaram contra o que parecia um entendimento açodado do poder com a rebelião; e tanto que ao se

divulgar a boa nova, uma onda de júbilo, com Patrocínio à frente, correu pela cidade e se atirou ao Itamarati. Pela primeira vez o povo aplaudia o "Taciturno". E este, respondendo à alocação do Patrocínio (nos últimos arranços da eloquência fascinante) assegurou que a sua política consistia em devolver tranqüilidade ao país."⁴⁴

A paz assinada é considerada por jacobinistas*, florianistas, castilhistas, opositores políticos em geral e muitos militares como um ato de traição a Floriano Peixoto. Ondas de protesto que em escalas menores haviam sido iniciadas no início do ano de 1895, aumentaram de intensidade. Porém os que se haviam cansado com a guerra aplaudiram-na.

Vêm a público, então – o que se sabia a boca pequena –, os fuzilamentos e assassinatos ocorridos durante o governo Floriano

* N.R.: Veja, nesse trabalho, o tópico *Os Jacobinos* da página 35 a 39.

No bojo das negociações o general Galvão permitiu que se discutisse a questão da anistia, e, caso a paz fosse assinada, ele próprio insistiria junto ao presidente para que fosse enviada ao Congresso mensagem nesse sentido.

A Prudente de Moraes interessava a anistia. Já obtivera a paz. Percebia que iria necessitar de apoio político dos revoltosos de ontem, pois seus opositores no Congresso, na imprensa, nas ruas e nos quartéis pareciam unir esforços, oferecer-lhe resistência e apresentar-lhe obstáculos. Entretanto, Prudente não esmorecia, pois além da paz desejava a ordem.

“Travou-se no Congresso, surda, complicada, rancorosa, a luta contra a anistia, em que se uniam – opostos ao presidente – os castilhistas, justamente indignados com a referência feita no acordo à sua Constituição*, Glicério, que achava isto atentatório à autonomia dos Estados, o “jacobinismo das ruas”. Em 19 de setembro, fatigado, Prudente positivou que confirmaria a anistia ou resignaria. O projeto do Senado, que a concedia amplamente, caiu na Câmara (relator Medeiros e Albuquerque). Dez minutos depois, Glicério apresentava outro, com restrições. Prevaleceu. Em 21 de outubro foi afinal decretada a anistia, excetuando dos benefícios os militares, que só voltariam ao serviço ativo depois de dois anos.”⁴⁵

* * * * *

A reação das facções mais radicais apareceu no **início do ano de 1895**. Existiam várias

publicações pelo país. Contudo, aquelas que determinavam o pensamento jacobino em sua forma mais exaltada foram *O Nacional* e *O Jacobino*. O primeiro começou a circular em 1º de setembro de 1884, sob o nome de *A Bomba*, mudando para *O Nacional* em 1º de janeiro de 1885. Seus redatores foram o mineiro Anibal Mascarenhas e o carioca Lindolfo Azevedo. O gerente, o Capitão Manoel Pais de Figueiredo, do Batalhão Tirandentes. Publicação bimensal, auto-intitulava-se “órgão de propaganda contra o sebastianismo, o clericalismo e o estrangeirismo.”⁴⁶ Quanto ao *O Jacobino*, seu redator-chefe, Diocleciano

Martir, homem de pouca cultura, mas senhor de “linguagem violenta, desabrida e incitadora. Chegou à tiragem de 30 mil exemplares a partir de outubro de 1896. Intitulava-se órgão nativista, noticioso, político, operário, dedicado aos interesses e defesa dos brasileiros e consagrado à causa da República.”⁴⁷

Os jornais defendiam as mesmas idéias, mas divergiam na forma, sendo *O Nacional* de linguagem menos violenta. Por vezes, acusavam-se mutuamente.

“Na pitoresca descrição de Luiz Edmundo, essa curiosa figura (Diocleciano Martir) demonstrava grande atrevimento e coragem: “Sem a perna direita, metia-se em refregas de rua, saltando como um esquilo, de muletas na mão a desancar o adversário...”⁴⁸

No início de 1895, “*O País* e Quintino Bocaiuva lançaram os primeiros desafios.”⁴⁹ No correr do ano, oposição radical em alguns setores havia sido estabelecida contra o Presidente.

* NA.: A constituição positivista do Rio Grande do Sul não foi alterada.

Floriano Peixoto, doente, sempre solicitado por civis e militares jacobinistas, negasse a dar seu prestígio para desestabilizar o Governo.

A Escola Militar da Praia Vermelha era um dos focos da subversão. "E são os alunos dessa escola militar que lideraram acintosamente o movimento florianista: em janeiro e fevereiro de 1895, muitos deles participam de desordens na Rua do Ouvidor. (...) Na comemoração da vitória contra a Revolta da Armada (13 de março de 1895), os alunos voltam a fazer manifestações contra o comandante do estabelecimento, que é antiflorianista. Na manhã seguinte são desligados da escola 60 alunos. A decisão exacerba os ânimos e, no dia 15 de março, repetem-se mais violentamente as vaias e gritos ofensivos à autoridade do comandante e do governo. O primeiro procura reforços e prende a todos, dando baixa da escola aos alunos-praças participantes da nova manifestação e desliga os oficiais, distribuindo-os por outros corpos."⁵⁰

Na Câmara dos Deputados, os florianistas tomam posição contrária às iniciativas do Governo no sentido de rever privilégios concedidos a militares durante a guerra civil e a favor da reintegração dos alunos que participaram dos atos de indisciplina ocorridos a 15 de março.

A MORTE DE FLORIANO PEIXOTO

A morte encontrou o Marechal no lugarejo de Divisa, último recanto que procurara na

busca da cura para seus males e padecimentos. Desejou lá ser sepultado. Mas, era um desejo que não poderia ser atendido, "e o corpo foi transportado para o Rio, embalsamado e colocado na Igreja da Cruz dos Militares, onde a multidão silenciosamente desfilou. (...). A 6 de julho foi realizado o enterramento. Luiz Edmundo que o presenciou, afirma que 'nem pelos dias reservados às cerimônias religiosas da Paixão de Cristo' o Rio de Janeiro apresentava uma aparência assim, tão cheia de desconsolo e tristeza.

Toda uma multidão silenciosa e abatida, descedo, havia saído para a rua. Não havia nas lojas dos floristas uma só rosa, um cravo, uma dália ou uma papoula para vender. E, entretanto, na véspera, de Petrópolis, de Teresópolis e de Friburgo, por prevenção, tinham chegado carregamentos colossais de flores, logo velozmente transformadas em coroas e palmas. Muito antes

da hora marcada para o começo das exéquias, o povo já havia obstruído, completamente, os logradouros mais avizinados ao templo de onde deveria sair o ataúde do grande morto, em direção ao cemitério."⁵¹

Registra, ainda, Luiz Edmundo: "Um terço dos moradores da cidade, ou, talvez, mais, assistiu à solene passagem desse cortejo que levou horas e horas a desfilar. (...). Vi homens de joelhos pelas ruas, senhoras que choravam. (...). Jamais uma romaria cívica, até hoje, logrou, que eu saiba, uma imponência igual. (...). Para se ter uma pequena idéia do que foi esse acontecimento extraordinário, basta lem-

* NA.: Lembro-me que, na minha infância, na Quinta e na Sexta-Feira Santa, as rádios transmitiam apenas músicas sacras, as praias ficavam desertas e os cinemas exibiam "A Vida de Cristo".

brar que, no momento em que chegava à porta do Campo Santo o ataúde que conduziu o corpo do grande morto, a larga fila dos que o acompanhavam, em passo vagaroso, ainda era vista pelo Largo da Glória, entrando pela Rua do Catete. Uma verdadeira apoteose.”⁵¹

Os discursos proferidos à beira do seu túmulo são violentos, terminando com vivas a Floriano e morras a Prudente. Irineu Machado e Raul Pompéia são os oradores. Dez dias depois fanáticos florianistas atacam a redação do *Cidade do Rio*, jornal de José do Patrocínio, que se negara a hastear a bandeira a meio-pau, por ocasião da morte de Floriano. Nem mesmo a polícia consegue proteger a vida de Patrocínio que é obrigado a fugir da cidade.”⁵²

O “testamento” de Floriano

“Ao vesti-lo, para transportar o corpo para o Rio, a família encontrou no bolso do casaco um documento escrito do próprio punho. Era o agradecimento que fazia à manifestação que lhe estava sendo preparada por um grupo de moços republicanos, que iria visitá-lo em Divisa.”

Este documento, conhecido como o “Testamento Político de Floriano”, é o seguinte:

“Meus amigos

Recebo com especial agrado a sincera manifestação do vosso apreço. Ela tem para mim um valor inefável, pois revela a generosidade dos vossos nobres corações. Ela enche-me a alma de um prazer imenso, porque encerra um tributo de vossa gratidão a um velho servidor da Pátria, que lhe consagrou, de coração, o melhor de sua vida e à República, por amor da qual sacrificou o resto da

saúde e vigor, que lhe deixou a penosa campanha do Paraguai. (...) (...) (...).

A vós que sois moços e trazeis vivo e ardente no coração o amor da Pátria e da República, a vós corre o dever de ampará-la e defendê-la dos ataques insidiosos dos inimigos.

Diz-se e repete-se que ela está consolidada e não corre perigo.

Não vos fiéis nisso e não vos deixeis apanhar de surpresa. O fermento da restauração agita-se em uma ação lenta, mas contínua e surda. Alerta, pois!

A mim me chamais o consolidador da República. Consolidadores da obra grandiosa de Benjamin Constant e Deodoro são o Exército nacional e uma parte da Armada, que à lei e às instituições se conservaram fiéis.

Consolidador da República é a Guarda Nacional, são os corpos de polícia da capital e do Estado do Rio, batendo-se com inexcedível heroísmo e selando com o seu sangue as institui-

ções proclamadas pela revolução de 15 de novembro.

Consolidador da República é a mocidade das escolas civis e militares, derramando o seu sangue generoso para com ele escrever a página mais brilhante da história das nossas lutas.

Consolidador da República, finalmente, é o grande e glorioso Partido Republicano, que tomando a forma de batalhões patrióticos, praticou tais e tantos feitos de bravura, que serão ouvidos sempre com admiração e respeito pelas gerações por virem.

São esses os heróis para os quais a Pátria deve volver os olhos, agradecida.

A 6 de julho foi realizado o enterramento; nem pelos dias reservados às cerimônias religiosas da Paixão de Cristo o Rio de Janeiro apresentava uma aparência assim, tão cheia de desconsolo e tristeza

À frente de elementos tão valorosos, não duvidei, um momento sequer do nosso triunfo e (...) tive a felicidade de poder guiar os nossos no caminho da vitória.

Foi este o meu papel.

Se mérito existe nele, não almejo outra recompensa senão a prosperidade da República e a estima dos que sinceramente lhe consagram o seu amor.

Vou terminar: as prescrições médicas não me permitem o mais leve trabalho mental; mas para corresponder à vossa gentileza, não duvidei infringir os conselhos da ciência, e escrever estas linhas, que vos entregro como penhor e testemunho de minha eterna gratidão.⁵⁵

O enterro de Floriano

Ainda sobre o enterro de Floriano Peixoto, em *O País*, Quintino Bocaiuva, republicano histórico e renomado jornalista, assim se expressou:

“O préstito de ontem organizado imprevistamente como foi, sem nenhuma sugestão oficial, foi pela sua natureza uma verdadeira apoteose nacional, uma glorificação imensa do homem que pelo seu incomensurável valor cívico, num dado momento histórico, corporificou alevantadamente a Pátria.

Foi na realidade o povo que ontem se mostrou em toda a sua força, em toda a plenitude de sua alma, consagrando benemérito da Nação o grande morto, cujos despojos materiais ele conduzia num recolhimento que era o mais eloqüente, o mais sagrado dos cultos. (...) (...)”

Quase se torna desnecessária esta notícia. O Rio de Janeiro em peso, a capital federal da grande República viu, com os próprios olhos, a mais extraordinária, a mais admirável consagração cívica de que há memória nos anais da vida social e política, não só do Brasil mas da América do Sul.⁵⁴

“Sob o pseudônimo de Dr. Semana, que assinava a crônica de domingo no *Diário de Notícias*, escreveu Machado de Assis: “Nunca houve manifestação tão solene nem tão extraordinária como a que se fez anteontem ao benemérito soldado e eminente patriota que nos ensinou como se resiste em nome do

princípio da autoridade e como se ama a República com os sacrifícios dos próprios interesses e da saúde arruinada. E foi reconhecendo isto que dezenas de milhares de pessoas foram prestar a sua derradeira homenagem, acompanhando o seu féretro até o cemitério onde descansa o seu corpo inanimado, tendo ficado o seu exemplo, que há

de ser imitado por quantos amam a República e querem o engrandecimento da Pátria. (...) (...)”

E ela (a história) já começou, fazendo-lhe a apoteose mais extraordinária possível, pelas homenagens que o povo lhe rendeu no dia da sua transladação...⁵⁵

Artur Azevedo cunhou a frase: “Não foi um homem, foi um pedaço da Pátria que caiu...⁵⁶”

Os jornais, durante dias ocuparam-se tanto com a figura do morto quanto com o povo que, livremente, foi dizer-lhe o último adeus.

Floriano Peixoto morreu venerado pelo povo, por cidadãos de diversos níveis sociais, homens e mulheres, moços e velhos, mocidade acadêmica civil e militar

* NA.: O autor atribui, embora sem afirmar, a autoria a Machado de Assis.

OS JACOBINOS

Floriano Peixoto morreu venerado pelo povo, por cidadãos de diversos níveis sociais, homens e mulheres, moços e velhos, mocidade acadêmica civil e militar.

Mas não foi assim quando iniciou seu governo. Adotou medidas duras, sempre incentivado por seu Ministro da Marinha, Almirante Custódio de Melo. Prendeu e exilou, para os mais extremos pontos do território nacional, chefes militares e personalidades civis, que tramaram sua deposição.

As penas de José do Patrocínio, Pardal Mallet, Euclides da Cunha, Olavo Bilac, entre outros, foram extremamente duras e até cruéis com o vice-presidente.

José do Patrocínio escreveu: "Sangue, mais sangue. É preciso que o Sr. Floriano Peixoto beba. Os anêmicos dão-se bem na atmosfera dos matadouros, e o Brasil é um boi manso, que tanto serve para tirar a zorra do trabalho, como para nutrir o tirano."⁵⁷

Euclides da Cunha desprezou-o, embora posteriormente, mudasse sua opinião: "(...). O herói que foi um enigma para os seus contemporâneos pela circunstância claríssima de ser um excêntrico entre eles, será para a posteridade um problema insolúvel pela inófia completa de atos que justifiquem tão elevado renome. É um dos raros casos de grande homem que não subiu, pelo condensar no âmbito estreito da vida pessoal as energias dispersas de um povo. (...). Traduz de modo admirável, ao em vez da sua robustez, a nossa fraqueza."⁵⁸

Porém, a realidade é que morreu adorado pela grande maioria dos seus compatriotas. Sua morte foi fator importante no recrudescimento do jacobinismo e na oposição civil e militar ao Presidente da República.

O movimento jacobino é tratado nas entrelinhas pelos autores, sem contudo haver interesse em compreendê-lo e estudá-lo em maior amplitude e profundidade. Este trabalho coube a Suely Robles Reis de Queiroz, em seu livro *Os Radicais da República*. Ao procurar entender o pensamento da autora e registrá-lo de modo bastante resumido*, espero chamar a atenção do leitor para o jacobinismo, sem trai-la em sua visão histórica.

O haver sido pouco estudado é atribuído a ser um movimento derrotado e a historiografia, em geral, dedicar pouca atenção aos perdedores. Ocupou, no entanto, um curto período no início da República, mas, em alguns momentos, desenvolveu ações de vigorosa intensidade.

Embora se registre o jacobinismo deodorista, a ação dos jacobinos é iniciada no Governo Floriano, e seu desdobramento oposicionista, que poderia ser classificado de radical, ocorre no Governo Prudente de Moraes. "O entusiasmo por Floriano, o culto que lhe foi tributado tem data precisa: a Revolta da Armada."⁵⁹

"Identificar o grupo jacobino encerra uma série de dificuldades. A historiografia em geral privilegia os exaltados elementos urbanos que aos gritos de 'mata galegos' perseguiram portugueses pelas ruas do Rio de Janeiro, perturbando a ordem pública. Daí as expressões pejorativas – extremistas, malandros, desordeiros – com que eram apelidados."⁶⁰

O jacobinismo, mormente o da facção exaltada – trabalhado pelos jornais *O Nacional* e o *O Jacobino* – dizia-se profundamente nacionalista, embora a es-

* NA.: Lembrando o meu saudoso amigo, o Almirante-de-Esquadra Paulo de Bonoso Duarte Pinto, diria que tentarei fazer o "resumo da síntese".

treizeza de visão e o pouco saber dos que neles escreviam singularizassem sua xenofobia apenas contra o português. Mas, o ódio popular ao português vinha da colônia e do Império.

Ao final do Império e início da República os portugueses dominavam o comércio de secos e molhados, eram em grande parte proprietários de cortiços, pequenas moradias de aluguel, muitas delas no que era conhecido como vilas. Ora, qualquer aumento nos preços das mercadorias e dos aluguéis, só faziam crescer essa ira. Também brasileiros sentiam-se traídos pela imigração portuguesa que, destinada ao trabalho na terra, era desviada para o comércio por seus patricios proprietários, em detrimento de empregos para os brasileiros. Esses imigrantes na quase totalidade ignorantes, aceitavam salários vis, moravam nas próprias lojas. Seus afazeres demandavam força física e vontade de trabalhar, o que não lhe faltava. Embora ignorantes, o pensamento era voltado para dias melhores no futuro.

Contudo, não eram apenas esses exaltados que formavam o agrupamento jacobino. "(...), a leitura das fontes revela muito mais: além de intelectuais, parlamentares e políticos (...), a presença ponderável de militares a imprimir suas características particulares ao movimento."⁶¹

"É possível perceber a participação instigadora de civis interessados em utilizar o Exército como instrumento de propósitos políticos (...); não obstante, ainda, a participação entusiástica de um segmento das camadas médias urbanas, a retórica jacobina é nitidamente castrense."⁶²

A restauração da monarquia, presente nos primeiros anos da República, era vista com preocupação por muitos republicanos. As possibilidades eram remotas, mas os jacobinos tiveram interesse em aumentar sua dimensão. O primeiro recrudescimento de suas ações, ainda no Governo Floriano, ocorreu quando

do manifesto do Almirante Saldanha da Gama, considerado de cunho monarquista.

O anais do Congresso nesse curto período, Floriano-Prudente, não apresentam referências substantivas aos jacobinos e ao jacobinismo. Mesmo os parlamentares com ele identificados, de alguma maneira não tornavam ostensiva essa simpatia, em razão das badernas praticadas pelos jacobinos das ruas.

"Câmara e Senado espelham nessa época a força e a preponderância da fração cafeeira. São os grandes temas da lavoura de São Paulo que dominam as discussões: imigração, subsídios à agricultura, etc...., sempre aprovados a despeito da oposição de militares ou dos Estados menores, enfraquecidos por um federalismo desigual."⁶³

O comportamento de Floriano em relação às classes populares era claro: procurava combater o custo de vida e os especuladores, "determinando a fiscalização dos excessos cometidos pelos monopolistas e promovendo a construção de casas populares. Também tomou medidas que demonstram um propósito de amparo às atividades industriais(...)"⁶⁴ Sob esse aspecto, de compreensão fácil pelas camadas desfavorecidas, recebem o respaldo e a retribuição do povo, que lhe continuou leal, mesmo após a sua morte. Entretanto, acrescenta Suely Rables Reis de Queiroz, Floriano "não se opôs à continuação dos maciços empréstimos à agricultura, nem às emissões sem lastro em ouro reclamadas pela classe agrária e responsáveis pela carestia."⁶⁵

É compreensível que o povo, na maior parte analfabeto e ignorante e mesmo os donos dos jornais jacobinos, não percebessem o significado dessas facilidades àqueles que já dominavam o país e que deram sustentação política, pecuniária e logística ao governo do Marechal Floriano durante o longo e difícil período da guerra civil. E esse apoio tinha um objetivo perseguido desde a última década do Império: a conquista do poder.

Os jacobinos não possuíam um projeto político. Este, se houvesse, deveria partir de uma classe média, inexistente; havia camadas médias, que “eram inexpressivas numericamente, heterogêneas e por tais razões, entre outras, sem um projeto político próprio a aglutina-las.”⁶⁶

Embora o Exército tivesse a coesão e a força para proclamar a República, não as tinha para permanecer no poder. O poder passara para quem o tinha de fato, os fazendeiros exportadores de café de São Paulo, representados por seus políticos, no Congresso e, agora, com Prudente de Moraes na Presidência da República.

Os jacobinos, e entre eles jacobinos militares, identificavam os monarquistas e os portugueses como inimigos do regime. Os plantadores de café ocuparam, para eles, o espaço econômico, talvez, no pequeno alcance da compreensão jacobina, o de menor importância. “Nada mais falso, na medida em que ambos os espaços já haviam sido ocupados pela agroexportação.”⁶⁷ E nesse contexto, o controle das exportações de café e das importações passava para as mãos de intermediários estrangeiros, principalmente ingleses, de quem os cafeicultores acabaram por ficar dependentes. Seria o caso, para aliviar esta leitura um tanto insípida, lembrar o dito popular: “Os papagaios (os ingleses) comiam milho e os periquitos (os portugueses) levavam a fama”.

Os americanos eram enaltecidos pelos jacobinos como exemplos a serem seguidos e, pela sinceridade contida, em uma amizade a ser procurada. Imaginavam a América, todas as Américas para os americanos, todos os americanos, do Norte e do Sul, em oposição à Europa. Os alemães, pela posição assumida durante a intervenção estrangeira na Revolta da Armada eram os únicos europeus distinguidos. Nos dias festivos, os jacobinos só permitiam içar suas bandeiras, americanos e alemães. “(...) embora fossem contra os es-

trangeiros em geral, na prática, os jacobinos jamais invectivaram outras etnias como o fizeram com os portugueses. E, todavia, os italianos, de alto interesse para a cafeicultura, chegavam em massa ao país.”⁶⁸

“Atribuíam (os jacobinos) a carestia de vida aos retalhistas, quando para ela, em muito contribuíam as desvalorizações cambiais realizadas para atender aos interesses dos exportadores.”⁶⁹

O militar jacobino julgava-se o “verdadeiro patriota”. “Interessava-lhe, sobretudo, preservar a integridade e a grandeza nacionais, ‘ameaçadas pelos falsos republicanos.’”⁷⁰ Por outro lado, não desejava perder a posição social conquistada com a República, porém era sensível às dificuldades por que passavam as classes sociais de baixo poder aquisitivo.

A ideologia jacobina resumia-se, pois, em um nacionalismo peculiar, o xenofobismo antilusitano, na defesa da República, tendo por consequência o exagero no perigo da restauração e na idolatria a Floriano Peixoto. Em seu radicalismo primário adotava a posição maniqueísta, onde “corretas, apenas, as suas posições indefensáveis e inconvenientes ao país, as que lhes fossem contrárias.”⁷¹

Fizeram da carta de Floriano o “testamento político” do marechal; daí ser o monarquismo o principal inimigo a combater.

A radicalização expressa na imprensa jacobina caminhou em um crescendo. “Não bastava que o regime fosse republicano e federativo. Deveria ser presidencialista sobretudo, já que esta era a fórmula política mais diretamente oposta ao parlamentarismo da monarquia.”⁷²

“Na verdade, os jacobinos, a principio timidamente, com o correr do tempo passam a defender de forma patente um governo autoritário.”⁷³ (...). “O Jacobino deixa clara essa posição, crescentemente reafirmada no decorrer do tempo. Se por volta de 1895

Diocleciano Martir e seus seguidores advogavam um Executivo poderoso, mas admitindo a existência do Congresso, em março de 1897, penúltimo ano do Governo Prudente, já negam a necessidade do Poder Legislativo, clamando por um regime forte, para alguns meses depois chegar à defesa da ditadura:

“(…). Não podemos consentir que se atire a República em um abismo, o que não será difícil nas mãos de um Prudente de Moraes. Somos partidários da ditadura militar, única capaz de fortalecê-la a continuar a obra ingente de Floriano Peixoto, fazendo-a respeitada e prestigiada perante o estrangeiro (05

de junho de 1897). “Nós, o povo, queremos governos fortes e não múmias piracicabanas a nos inculir no espírito o carrancismo retrógrado de uma máquina antipatriótica e funambulesca (...). Abaixo o governo da inépcia e do antipatriotismo e viva a ditadura.”⁷⁴ (6 de março de 1897).”

A cólera contra Prudente de Moraes, segundo os jacobinos, provinha de ser ele um

tíbio, um fraco, que condescendia com o inimigo da véspera, concedendo-lhe paz e anistia e que não possuía a devida atenção com a conspiração monarquista. Sua conduta nada tinha a ver com a energia, o poder de decisão, o patriotismo e o republicanismo do Marechal Floriano Peixoto.

O movimento jacobino preocupou Prudente de Moraes.

Em carta a Bernardino de Campos datado de 24 de março de 1896, desabafava: “Sei que os jacobinos têm-me ódio e tornam-se dia a dia mais arrogantes – à proporção que vão sendo animados pelos Chefes-

Generais Quintino e Glicério” – e logo que se sintam com forças para substituir-me por algum general que faça a política forte do Marechal, não adiarão para o dia seguinte.”⁷⁵

O Presidente estava certo quanto às intenções dos jacobinos e de setores militares. “A 21 de março de 1894 o Clube Militar se reúne, a pretexto do perigo monarquista. A sessão tem objetivos diferentes, porque a maioria

Nós, o povo, queremos governos fortes e não múmias piracicabanas. Abaixo o governo da inépcia e do antipatriotismo e viva a ditadura

Do Jornal *O Jacobino*

* N.A.: “No dia 25 de maio de 1890 o Generalissimo Deodoro criou *generais-de-brigada* todos os seus ministros.” (...). “Na verdade, a falta de medida de Deodoro e Floriano, distribuindo generalatos, e a fraqueza dos ministros civis, não declinando tal honraria, haviam fornecido aos inimigos da República uma excelente oportunidade de combatê-la com as armas do ridículo, da zombaria, do deboche. (...) Cedo, os panfletários, os humoristas da imprensa, os gracejadores das ruas, tinham apelidado os ministros de ‘generais de bobagem’, para gáudio dos verdadeiros militares.”⁷⁶ Anteriormente, o Coronel Benjamin Constant já havia obtido sua promoção ao generalato. Floriano Peixoto em correspondência pessoal a Rui Barbosa usa o tratamento “General-de-Brigada Dr. Rui Barbosa.” Foi o mesmo que cassou o título de general de Rui Barbosa: “O Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil: considerando que a concessão de honras militares é a maior remuneração que a Pátria confere aos seus beneméritos; considerando que à distinção correspondem deveres que o patriotismo impõe; considerando que o cidadão Rui Barbosa desonrou aquela distinção e esquece estes deveres constituindo-se no estrangeiro difamador da Pátria e do seu governo, cuja reputação procura caluniar, resolve cassar as honras de general-de-brigada, que lhe foram conferidas pelo decreto de 25 de maio de 1890. Capital Federal, 24 de novembro de 1893, 5ª da República, Floriano Peixoto, Antonio Eneas, Gustavo Galvão.”⁷⁷

“Contudo, dessa fomadade de generais improvisados ao menos num o título adiriria de tal modo que passou para o cadastro urbano, como denominação de logradouro público: Rua General Glicério...”⁷⁸

dos oficiais que compareceram não pertencia à agremiação ou dela estão afastados há tempo; além disso dela fazem parte, também oficiais da Armada. Os discursos são violentos (...)”⁷⁹. Civis, também, estavam presentes. “Os golpistas não conseguem a maioria, devido à ação prestigiosa do ministro da Guerra. Mas, em compensação, conseguem aprovar moção de crítica indireta ao governo, que é assinada pelos próprios elementos situacionistas. Depois, a comunicação é enviada a todas as guarnições dos Estados e os ‘Generais’ Francisco Glicério e Quintino Bocaiuva.”⁸⁰

Por ocasião do primeiro aniversário da morte de Floriano Peixoto o jacobinismo se exacerba. Entre os atos de apoio à memória do marechal deve ser destacado: “(...) a precisão cívica no Rio, que conta com a participação de representantes do Clube Militar, Escola de Sargentos, Partido Republicano Federal, Apostolado Positivista, Guarda Nacional, Clube Republicano 24 de Fevereiro, Faculdade de Medicina, Escola Politécnica, Faculdade Livre de Direito, etc... A onda atinge São Paulo, onde se dão reuniões dos estudantes da Faculdade de Direito. É nesse momento que o Coronel Francisco de Sales Torres Homem, da Repartição do Ajudante General de Exército escreve em *OPais*: “(...) retemperemos assim o nosso patriotismo na veneração do grande brasileiro e, sacudindo o estranho torpor e apatia do nosso meio social e político, consideremos que não só continua aberta, como até mesmo lesada, a sucessão do salvador da República.”⁸¹

A reeleição de Rui Barbosa para senador da República, graças ao apoio do novo governador da Bahia, Luiz Viana, faz com que cresça contra Rui a indignação dos jacobinos. Rui vencera César Zama, político radical, que na Câmara, tanto hostilizara Deodoro.

O AFASTAMENTO TEMPORÁRIO DE PRUDENTE DE MORAIS

Um fato da maior gravidade política ocorre. Os murmúrios sobre o estado de saúde do Presidente intensificam-se em outubro de 1895 e passam a ganhar crédito junto à opinião pública. Os jacobinos começam a antever a vitória pela via pacífica, sem necessidade de confrontos, tanto mais incertos quanto mais existe a probabilidade do apelo à violência.

“Em 10 de maio de 1896, Prudente de Moraes pede licença para tratamento de saúde, sendo substituído legalmente pelo vice-presidente da República, Manoel Vitorino. O precário estado de saúde do Presidente fez crer que dificilmente ela sobreviveria.”⁸²

Manoel Vitorino assume o cargo com pretensões cabíveis a um presidente e não a quem, provisoriamente, ocuparia o cargo. Começa logo a maquirar politicamente nesse sentido. Desejava dar rumos próprios ao “seu” governo e faz exigências.

Procura forçar a renúncia de Prudente de Moraes. Diz, em suas conversações políticas, “que encontra uma série de embaraços para governar, divergindo de alguns ministros e afirmando que ‘torna-se indispensável um governo alicerçado em bases duradouras – um governo realmente capaz de executar um programa. Sinceramente’, à vista de todas as dificuldades que se apresentam, vejo uma única solução: uma cordata renúncia do senhor doutor Prudente de Moraes...”⁸³

Vitorino recebe apoio da bancada gaúcha, que representa a vontade política dos castilhistas e florianistas do Rio Grande. Contudo, a coesa, experiente e atenta bancada paulista estava a fim de manter Prudente de Moraes na presidência enquanto ele vivesse.

“Bernardino de Campos, que passara o governo de São Paulo ao seu sucessor e fora

* NA.: É coloquemos sinceridade em suas palavras de político...

eleito senador, compreende a intencionalidade da proposta: para evitar o pior, sugere a mudança do ministério, e diz que fará todo o possível para que Prudente de Moraes aceite os nomes indicados por Manoel Vitorino. Assim, tenta preservar a política anterior, aceitando o cargo de Ministro da Fazenda, em substituição a Rodrigues Alves*. Os demais ministérios são ocupados ao gosto de Vitorino. O Ministério da Guerra, importante no contexto, é entregue 'ao General-de-Brigada Dionísio E. de Castro e depois a Francisco de Paula Argolo, ambos florianistas; Manoel José Alves Barbosa, no lugar de Elisiário Barbosa, na Marinha.' Como diz Manoel Vitorino, 'eu, que momentos antes era um interino, sem elementos próprios, assumia a direção política das forças republicanas e imprimia nos negócios públicos uma orientação tal que o presidente ou a ela se sujeitaria quando voltasse, ou teria que abrir luta com os seus correligionários, ou com a própria Nação, arras-

tando-os aos mais sérios desastres".**⁸⁴ Custa a crer a que nível de irresponsabilidade conduz a paixão política, ou melhor, o amor à politicagem e o desamor ao Brasil. Será que os políticos só entendem desse modo?

A intenção de Manoel Vitorino é permanecer no governo. Para isso imaginava contar com uma frente única de republicanos. Sonda os militares. O Coronel Moreira César, que havia se pronunciado contra a permanência de Floriano, coerentemente, nega-se a dar suporte a Vitorino. Seu poder não é forte, a ponto de fazê-lo um chefe. Logo, inicia-se a

luta pela liderança, que leva Francisco Glicério e o Partido Republicano Federal a amainarem o seu apoio ao interino. "O predomínio jacobinista que representa a frente única no governo – militares, Partido Republicano Federal, castilhistas, etc... – esboroa-se, lentamente, devido a divergências internas e à falta de liderança."⁸⁵

Se os jacobinos pensavam em ficar no governo, mesmo entre suas divergências internas, as esperanças começaram a ser colocadas em dúvida, com os boatos que surgiram sobre a melhora no estado de saúde de Prudente de Moraes; esses murmúrios, no final de fevereiro ganharam corpo e indicaram que o Presidente reassumiria.

O RETORNO DE PRUDENTE DE MORAIS

A 4 de março de 1896, em silêncio, o "taciturno do Itamarati", o *biriba* piracicabano, o retraído e apático Presidente da República, sem qualquer notificação a

Manoel Vitorino, senta na cadeira que lhe cabia, toma posse e a comunica aos governadores.

"A 4 de março, sem aviso, mostrando com a volta inesperada a sua incompatibilidade com o substituto, reassumiu Prudente de Moraes o poder. Como em 1894: sem ninguém para o receber. Entrando sozinho no palácio, mandou dizer laconicamente a Manoel Vitorino, então em veraneio na Tijuca, que já estava restabelecido. E governava.

Entre eles a distância aumentava. Um dos motivos íntimos do desgosto de Prudente

Custa a crer a que nível de irresponsabilidade conduz a paixão política, ou melhor, o amor à politicagem e o desamor ao Brasil. Será que os políticos só entendem desse modo?

* NA.: São Paulo continuaria ditando a política econômico-financeira.

** NA.: Palavras contidas no seu manifesto político à Nação.

fora com certeza a transferência, com um baile famoso, da sede do governo, do Itamarati (que passava a Ministério do Exterior) para o Palácio do Catete (adquirido segundo o desejo de Manuel Vitorino ao Conselheiro Mayrink^{*}). Esta festa inaugural, que parecia conciliar o regime e a sociedade, nos esplendores do luxo, primeira, retumbante, depois do baile às vésperas da queda do império, contrastava com a solidão triste do enfermo, no seu repouso das Paineiras. Atestava num confronto de temperamentos, a oposição do vice-presidente, voltado para as belezas da vida, ao presidente metido asceticamente no seu silêncio amargo... Refletia nos sucessos públi-

**Entrando sozinho no palácio,
mandou dizer laconicamente a
Manoel Vitorino, então em
veraneio na Tijuca, que já
estava restabelecido. E
governava**

cos o antagonismo, em cujas paralelas se reproduzia o caso de Deodoro e Floriano, vice-presidente, ídolo das ruas, o outro encerrado na desconsolada austeridade...

O jacobinismo envolveu-se na popularidade de Vitorino, contra o homem da "anistia", o poder civil amolecido pela tolerância, o presidente omisso... E este até 5 de novembro, quando um fato terrível o libertou dessa atmosfera deprimente, oscilou entre atos de força e

uma timidez grave, com a desordem – solta desde 8 de março – pelas ruas da cidade."⁸⁶

CONTINUA NO PRÓXIMO NÚMERO

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<HISTÓRIA> / História do Brasil /; Militares; Prudente de Moraes (PR); Jacobinos; Floriano Peixoto (PR);

* NA.: O palácio do Catete fora construído para o Visconde de Nova Friburgo. O Conselheiro Mayrink foi o mentor financeiro de Rui Barbosa, Ministro da Fazenda. O proeminente banqueiro, com seus conselhos, em muito cooperou para o "encilhamento".

BIBLIOGRAFIA

- 1 – MAGALHÃES JUNIOR, R – *Deodoro, a Espada contra o Império*, Vol. I Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1957, pág. 190.
- 2 – lb, pág. 194.
- 3 – lb, 195.
- 4 – MAGALHÃES JUNIOR, R – *Deodoro, a Espada contra o Império*, Vol. II Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1957, pág. 190, pág. 13.
- 5 – lb, pág. 103.
- 6 – lb.
- 7 – lb, pág. 227/28.
- 8 – lb, pág. 236.
- 9 – lb.
- 10 – lb, pág. 284.
- 11 – lb.
- 11A – lb, pág. 286.
- 12 – REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA – Vol. 113, nº 1/3, jan-mar. 1993, pág. 47.
- 13 – lb.
- 14 – lb.
- 15 – lb.
- 16 – lb, pág. 48.
- 17 – lb, pág. 48.
- 18 – CARONE, Edgard – *A República Velha (Evolução Política)* – Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1971, pág. 129.
- 19 – lb, pág. 129.
- 20 – lb, pág. 130.
- 21 – lb, pág. 130.
- 22 – lb, pág. 132.
- 23 – lb.
- 24 – lb.
- 25 – CALMON, Pedro – *História do Brasil, séc. XX*, Vol. 6 – Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1959, pág. 1984.
- 26 – lb.
- 27 – CARONE, Edgard – *A República Velha (Evolução Política)* – Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1971, pág. 132.
- 28 – CALMON, Pedro – *História do Brasil, séc. XX*, Vol. 6 – Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1959, pág. 1985.
- 29 – FAOLO, Raymundo – *Os Donos do Poder (Formação do Patronato Político Brasileiro)*, Vol. 2, 7ª edição, Editora Globo, 1987, pág. 504.
- 30 – lb, pág. 459.
- 31 – lb, pág. 504.
- 32 – lb, pág. 501.
- 33 – lb, pág. 502.
- 34 – CALMON, Pedro – *História do Brasil, séc. XX*, Vol. 6 – Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1959, pág. 1986.
- 35 – CARONE, Edgard – *A República Velha (Evolução Política)* – Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1971, pág. 136.
- 36 – lb.
- 37 – CALMON, Pedro – *História do Brasil, séc. XX*, Vol. 6 – Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1959, pág. 1986.
- 38 – CARONE, Edgard – *A República Velha (Evolução Política)* – Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1971, pág. 137.
- 39 – lb, pág. 138.
- 40 – lb.
- 41 – lb.
- 42 – lb, pág. 144.

- 43 - lb.
- 44 - CALMON, Pedro - *História do Brasil, séc. XX*. Vol. 6 - Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1959, pág. 1995.
- 45 - lb.
- 46 - QUEIROZ, Suely Robles Reis de - *Os Radicais da República* - Editora Brasiliense. São Paulo, 1986, pág. 86.
- 47 - lb.
- 48 - lb.
- 49 - CARONE, Edgard - *A República Velha (Evolução Política)* - Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1971, pág. 146.
- 50 - lb.
- 51 - SODRÉ, Nelson Werneck - *História Militar do Brasil*, 3ª Edição, Civilização Brasileira, 1979, pág. 176.
- 52 - CARONE, Edgard - *A República Velha (Evolução Política)* - Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1971, pág. 147.
- 53 - MIRANDA, Salim de, General - Biblioteca do Exército Editora (Prêmio Pandiá Calógeras, 1963), pág. 329.
- 54 - lb, pág. 332.
- 55 - lb, pág. 334.
- 56 - lb, pág. 335.
- 57 - SODRÉ, Nelson Werneck - *História Militar do Brasil*, 3ª Edição, Civilização Brasileira, 1979, pág. 169.
- 58 - lb, pág. 170.
- 59 - QUEIROZ, Suely Robles Reis de - *Os Radicais da República* - Editora Brasiliense. São Paulo, 1986, pág. 264.
- 60 - lb, pág. 12.
- 61 - lb.
- 62 - lb.
- 63 - lb, pág. 16.
- 64 - lb, pág. 270.
- 65 - lb.
- 66 - lb, pág. 271.
- 67 - lb, pág. 272.
- 68 - lb.
- 69 - lb.
- 70 - lb, pág. 270.
- 71 - lb, pág. 88.
- 72 - lb, pág. 90.
- 73 - lb.
- 74 - lb, pág. 91.
- 75 - CARONE, Edgard - *A República Velha (Evolução Política)* - Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1971, pág. 148/149.
- 76 - MAGALHÃES JUNIOR, R - *Deodoro, a Espada contra o Império*, Vol. II Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1957, pág. 190, págs. 205/206.
- 77 - lb.
- 78 - lb.
- 79 - CARONE, Edgard - *A República Velha (Evolução Política)* - Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1971, pág. 149.
- 80 - lb.
- 81 - lb.
- 82 - lb, pág. 150.
- 83 - lb.
- 84 - lb, pág. 151.
- 85 - lb.
- 86 - CALMON, Pedro - *História do Brasil, séc. XX*. Vol. 6 - Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1959, pág. 2011.

ERRATA

Na RMB do 1º Trimestre de 2000, no artigo OS MILITARES E A POLÍTICA DURANTE A REPÚBLICA, do Almirante-de-Esquadra Mário Jorge da Fonseca Hermes, na página 42, quinta linha, onde se lê: “Muitas vezes pensam que *o* conduzem.”, leia-se: “Muitas vezes pensam que *os* conduzem.”